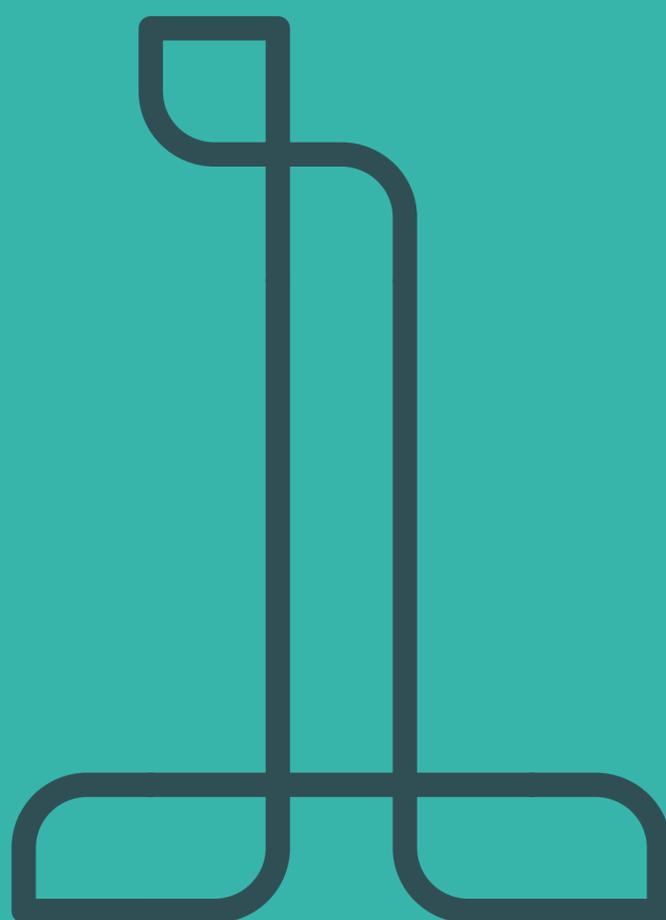
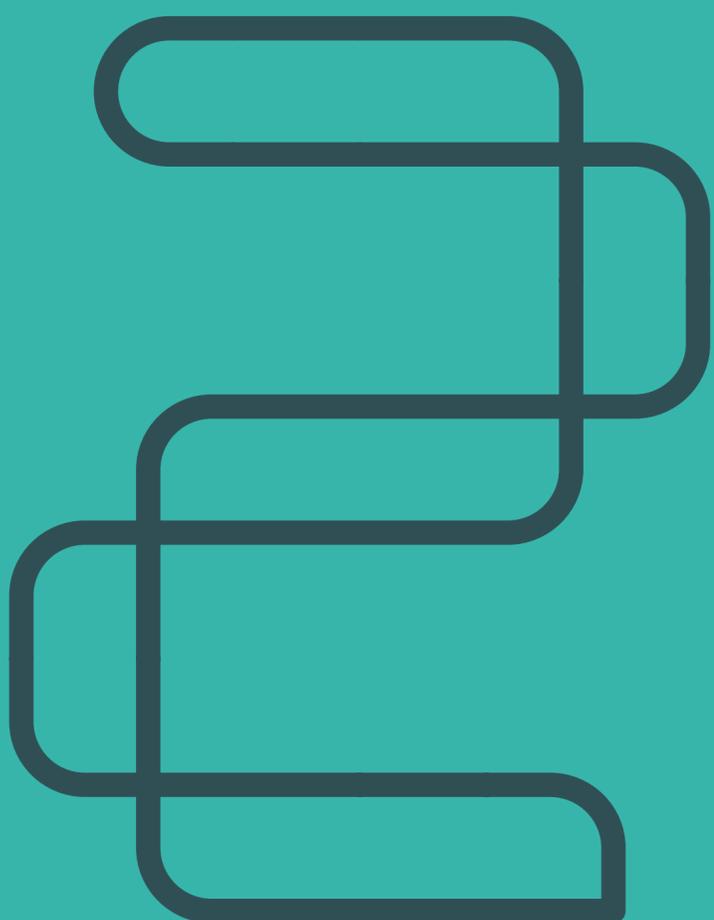
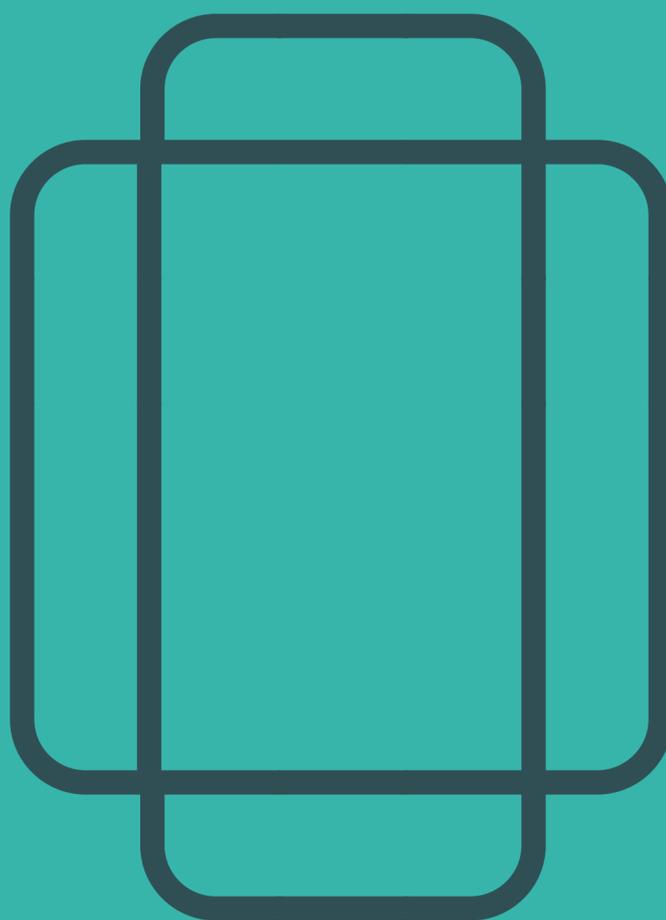
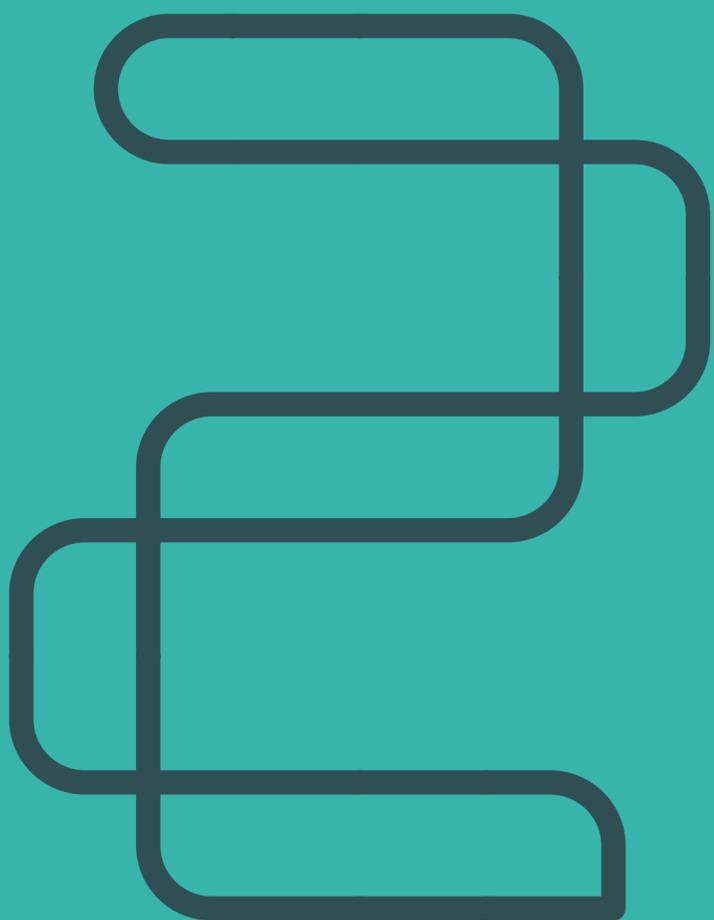


Relatório Anual



DataPrivacyBR
Research

Ficha técnica

Formaram a Associação em 2021:

Diretores

Bruno Bioni e Rafael Zanatta

Coordenadoras gerais de projetos

Mariana Rielli e Marina Meira

Líderes de projeto

Daniela Eilberg, Johanna Monagreda e Lucas Taschetto

Pesquisadores

Aline Herscovici, Brenda Cunha, Flávio Pinheiro, Gabriela Vergili, Hana Mesquita, Helena Secaf, Jacqueline Pigatto, Júlia Mendonça, Marina Garrote, Marina Kitayama, Mikael Servilha, Nathan Paschoalini, Pedro Saliba e Thaís Aguiar

Incidência

Bruna Santos e Vinícius Silva

Consultores

Clarissa Gross, Eduardo Goulart, Estela Aranha e Izabel Nuñez

Administrativo e comunicação

Ana Justi, Camila Dias, Erika Jardim, Gustavo Reis, João Paulo Vicente, Júlio Araújo, Layanne Gayofato, Rafael Guimarães, Roberto Junior, Victor Scarlato e Willian Oliveira

Conselho consultivo

Carlos Alberto Afonso, Cecília Oliveira, Fernanda Bruno, Fernanda Campagnucci, Marília Monteiro, Renato Leite Monteiro e Virgílio Almeida

Licença

Creative Commons

É livre a utilização, circulação, ampliação e produção de documentos derivados desde que citada a fonte original e para finalidades não comerciais.

Imprensa

Para esclarecimentos sobre o documento, entrar em contato com a Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa pelo e-mail imprensa@dataprivacybr.org

Sumário

Quem somos	05
Carta dos diretores	07
O ano do Data	11
2021 em números	14
Amicus Curiae	15
Prêmio Artigo 50	16
Projetos	17
Financiamento	43
Governança	45

Quem somos

Uma organização que transforma pesquisa em conhecimento e ferramenta para ações de incidência.

A Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa surgiu em paralelo ao Data Privacy Brasil Ensino. Enquanto a escola foi fundada em 2018 como espaço de **formação**, a associação de pesquisa formalizou-se no início de 2020 para dar vazão às atividades de **pesquisa** e **incidência** do grupo de profissionais e colaboradores que fazem parte do Data Privacy Brasil como um todo.

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos voltada ao estudo, pesquisa e ações de incidência em temas relacionados à privacidade, proteção de dados pessoais e suas intersecções com outros direitos fundamentais. Nesse segundo ano de existência oficial, fortalecemos a missão de contribuir para a construção de conhecimento nessas áreas, assim como auxiliar reguladores, juízes, parlamentares e agentes decisórios dos setores público e privado.

Também reafirmamos nosso compromisso com o debate democrático ao contribuir com a construção de políticas públicas e regulatórias. Se por um lado olhamos para o passado e documentamos os caminhos que nos trouxeram até onde estamos, por outro abraçamos um fazer científico de vanguarda — e de ação. Por isso, nossos projetos de pesquisa são indissociáveis de estratégias de incidência e da construção de uma cultura forte e longeva de proteção de dados pessoais.

Hoje contamos com uma equipe de formação variada distribuída entre diretores, coordenadoras gerais de projeto, líderes de projeto, pesquisadores, analistas, consultores especializados, jornalistas e estagiários. Ao todo são 20 profissionais, numa composição que favorece a participação feminina. Além disso, assumimos um compromisso de antirracista e de apoio à diversidade com o objetivo de tornar esse quadro ainda mais diverso nos próximos anos.

Carta dos diretores

2021 foi um ano de desafios imensos: o período mais drástico da pandemia, com a continuidade do isolamento social e o trabalho à distância. Mas foi também o ano da vacinação, do retorno da esperança de dias melhores e de reencontros. Mesmo que acanhados e com máscaras, muitos de nós nos conhecemos pela primeira vez e compartilhamos sorrisos.

Na Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, também foi um ano de muito trabalho, projetos ambiciosos e reorganização de nossa estrutura de governança. Graças ao trabalho remoto, deixamos de ser uma organização de acadêmicos-ativistas baseados em São Paulo e incorporamos ao time pessoas de Porto Alegre, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e diversas outras cidades, do Sul ao Nordeste. O Brasil do nosso nome ganhou lastro.

Esta dimensão expandida nos trouxe uma nova dinâmica de trabalho. Criamos uma estrutura decisória onde a Diretoria dialoga e decide em conjunto com a

Coordenação Geral de Projetos, formada por Mariana Rielli e Marina Meira. É por meio deste quarteto que buscamos a sinergia entre os projetos e um impacto social relevante.

Também redefinimos nossa área de incidência. Reafirmamos nosso papel na Coalizão Direitos na Rede, no Fórum da Sociedade Civil da Rede-Ibero Americana de Proteção de Dados Pessoais e no CSISAC, fórum da sociedade civil da OCDE. Decidimos fortalecer os laços Sul-Sul e durante todo o ano trabalhamos em parceria com ativistas da América Latina, África e Ásia. O resultado desse engajamento foi (i) o convite feito pela Internews para organizar uma série de encontros com ativistas do Sul Global sobre desafios de efetividade das leis de proteção de dados pessoais e (ii) um encontro entre ativistas brasileiros e africanos sobre quais foram e são os desafios e oportunidades na formação e consolidação de coalizões que reúnem organizações e coletivos na luta por direitos digitais.

Com relação aos projetos de pesquisa, tivemos lançamentos que expandiram nossos horizontes de atuação. Destacamos apenas alguns deles.

Lançamos a **plataforma Dados Virais**, finalista da terceira **edição do prêmio Livre.jor**. Em uma pesquisa inédita, trouxemos novos dados sobre tecnologias usadas pelo poder público durante a pandemia, por meio de uma plataforma interativa e com dados abertos.

Coordenamos uma edição especial da **Revista Quatro Cinco Um sobre tecnonautoritarismo** e lançamos um **mini documentário com ativistas brasileiros**, apre-

sentado na RightsCon, o principal evento de direitos digitais no mundo. Também criamos um **programa de bolsas jornalísticas com o The Intercept Brasil**, que nos revelou histórias sobre reconhecimento facial em Salvador e práticas de vigilantismo dentro do governo federal.

No Observatório, nosso primeiro projeto, lançamos um **policy paper sobre legítimo interesse** e um **jogo interativo online**. Organizamos uma série de encontros multissetoriais sobre os pontos mais polêmicos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que **rendeu um livro aberto**. E também criamos uma plataforma que traz informações quantitativas e qualitativas sobre como o tema da privacidade e proteção de dados tem sido enfrentado pelo Parlamento brasileiro. Por meio uma API, em parceria com o Siga-Lei, mapeamos e classificamos mais de 600 projetos de lei. Essa base de dados, importante ressaltar, é de acesso aberto.

Fizemos formações com dezenas de Defensores Públicos, **lançamos um Guia sobre LGPD nas Defensorias** e criamos **uma rede nacional**, formada por Defensores em diversas partes do país, orientada à proteção de dados dos usuários dos serviços públicos oferecidos pelas Defensorias.

Demos passos largos também em novas áreas. Apresentamos um **estudo internacional inédito sobre fusões e aquisições centradas em dados** e organizamos um **curso aberto** sobre o tema para membros da Autoridade Nacional de Dados Pessoais e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Também lançamos um **projeto pioneiro sobre identidade civil digital**,

que abriu portas para novos diálogos com o Poder Público.

Fomos, ainda, bem sucedidos em nossa candidatura ao Conselho Nacional de Proteção de Dados, órgão multissetorial consultivo da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Enquanto membro-titular da sociedade civil, nosso mandato é e será sempre coletivo e dialogado para que a política nacional de proteção de dados reflita as urgências para a plena materialização desse direito fundamental.

Nossa Associação é feita pela paixão de pessoas que acreditam na pesquisa de interesse público e por financiadores comprometidos com ética no apoio à pesquisa e com a justiça social e democracia. Todas as nossas publicações são em formato aberto e de livre uso.

Somos gratos a esses dois eixos humanos que fazem nossa ONG existir: as pessoas que se dedicam diariamente aos projetos, incluindo nossa equipe administrativa, e os financiadores que acreditam em nossas causas e permitem que nossas pesquisas possam acontecer, auxiliando o Brasil a ser um lugar melhor. É a partir da luta local que podemos dialogar internacionalmente.

Que 2022 seja um ano de grandes mudanças no país, fortalecimento da cultura democrática e ampliação dos direitos fundamentais para todas e todos. Proteção de dados é base da democracia e não pode ser elitista. Deve ser, sobretudo, um instrumento de justiça social.

Bruno Bioni & Rafael Zanatta

O ano do Data

Em 2021 a Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa fincou seu espaço no Brasil e no mundo.

Consolidação e expansão. Essas são as duas palavras que melhor definem o segundo ano de existência da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. Depois de experimentar um crescimento intenso ao longo de 2020, nós organizamos a casa, melhoramos nossos processos de gestão e alcançamos capacidade de incidência política no Brasil e articulação internacional ainda mais significativas.

Do ponto de vista da pesquisa, finalizamos nossos primeiros projetos temporários e fortalecemos a base dos projetos permanentes seguindo dois propósitos claros. O primeiro é gerar resultados profundos e significativos. O segundo, democratizar o acesso a esse conhecimento especializado por meio de uma multiplicidade de plataformas de apresentação desses resultados, com o uso de formatos audiovisuais, sites interativos, jogos, entre outros meios capazes de atingir e chamar atenção de um público amplo.

Todo esse trabalho não foi feito de forma isolada. Na maior parte dos nossos projetos, atuamos ao lado de parceiros de campos diferentes para amplificar a capacidade de reflexão e investigação, dentro de uma concepção segunda a qual a proteção de dados pessoais não pode ser entendida como uma área isolada, mas sim permeada por questões diversas de justiça social. Por isso mesmo, nos preocupamos em incluir dentro do nosso foco temas atuais como o uso de novas tecnologias na área de segurança pública e no combate à Covid-19, ameaças a direitos fundamentais e movimentos sociais, e direito à infância, para ficar em alguns exemplos.

Por um lado, esse movimento fortaleceu nossa posição como uma voz confiável e capacitada para participar da discussão midiática sobre temas caros ao Brasil e ao mundo. Por outro, nos permitiu informar e qualificar o debate público sobre esses mesmos temas. Fizemos isso de duas formas: a) propositiva, como quando lançamos um extenso policy paper sobre legítimo interesse, um conceito ainda carente de melhor compreensão; e b) reativa à conjuntura nacional, como no caso no PL 2630/2020, o PL das Fake News, de cujo debate participamos ativamente para construir uma redação legislativa menos invasiva e vigilantista em relação à privacidade e proteção de dados da sociedade brasileira.

Na verdade, a articulação no caso do PL das Fake News é um bom exemplo de outro aspecto do trabalho da Associação que ficou latente em 2021. Para além de nossos projetos de pesquisas, estabelecemos pontos de contato firmes e constantes com formuladores de políticas públicas brasileiros em diversas

instâncias. Em especial, participamos de todas as consultas públicas e audiências da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e fomos indicados, na pessoa de nosso diretor executivo Bruno Bioni, para uma das vagas do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd) da ANPD.

Além disso, intensificamos nossa internacionalização com parcerias com organizações do Sul Global num processo de troca em que compartilhamos a experiência brasileira ligada à defesa dos direitos digitais e absorvemos a experiência de países com realidade socioeconômica similar à do Brasil. Isso inclui nossa presença no Conselho Consultivo da Sociedade Civil para Temáticas da Economia Digital (CSISAC) da OCDE, nossa entrada na Rede Iberoamericana de Proteção de Dados, e a condução de workshops com a African Internet Rights Alliance (AIRA), entre outros.

Por fim, mantivemos nosso compromisso com a preocupação de estimular boas práticas e no estabelecimento da proteção de dados como um novo pilar dentro de uma agenda de responsabilidade social corporativa e governamental. Nesse sentido, um dos nossos pontos altos foi o lançamento do Prêmio Artigo 50, que reconheceu ótimas iniciativas no campo e homenageou atores importantes ligados à defesa da proteção de dados e privacidade como um todo.

2021 foi um ano cheio. E ficamos com vontade de fazer mais.

2021 em números

789

menções na mídia
nacional e internacional

96

participações em **eventos**
no Brasil e no mundo

53

publicações, entre e-books, artigos acadêmicos e de opinião, etc

42

episódios de **podcast**
lançados

28

debates online realizados,
entre lives e webinars

08

participações em audiências
públicas no **Executivo e Legislativo**

Amicus curiae

No início do 2021, a Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa ingressou como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6649, que contesta a criação do Cadastro Base do Cidadão pelo governo federal, assim como a flexibilização do compartilhamento e interoperabilidade de bases de dados entre órgãos distintos do governo, o que ignora a necessidade da separação informacional dos poderes.

Além de contribuir com um resgate histórico sobre os riscos de bancos de dados centralizados e problematizar o decreto contestado na ação à luz da Lei Geral de Proteção de Dados, a participação como *amicus curiae* foi um marco na capacidade de litígio estratégico da Associação. Isso ressalta nosso objetivo de não só produzir conhecimento sobre os temas com os quais trabalhamos, mas também empregar esse conhecimento em ações concretas de benefício para a sociedade.

Prêmio Artigo 50

Uma iniciativa em conjunto do Data Privacy Brasil Ensino e da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, o Prêmio Artigo 50 traz no nome seu propósito: trata-se de uma referência ao artigo da LGPD que aborda a necessidade de estabelecer boas práticas de proteção de dados como uma cultura governamental e corporativa.

Do nosso ponto de vista, isso se traduz em não só investigar, fiscalizar e denunciar práticas problemáticas e ilegais dentro do nosso campo de atuação, mas também elogiar e destacar o contrário disso, ou seja, iniciativas dignas de nota que servem de exemplo para outras organizações e/ou profissionais no estabelecimento de políticas adequadas e inovadoras de uso de dados pessoais.

Para o prêmio, criamos uma comissão de julgamento multissetorial externa que ficou responsável de escolher os vencedores em três categorias: boas práticas em proteção de dados no setor público, boas práticas em proteção de dados no setor privado e terceiro setor, e personalidade do ano na defesa da proteção de dados.

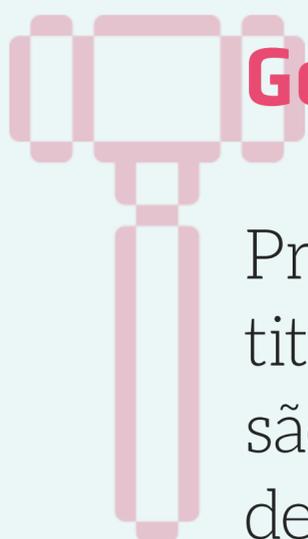
Projetos

Ao longo de 2021, nós demos continuidade ou iniciamos um total de doze projetos de pesquisa, divididos em três eixos temáticos.



Assimetrias e Poder

Projetos voltados para investigar o impacto de novas tecnologias na ameaça aos direitos fundamentais. Buscamos entender como a centralização de bases de dados e o uso de informação como estratégia de controle social, por exemplo, podem resultar em cenários de assimetrias informacionais numa sociedade já marcada por desigualdades estruturais.



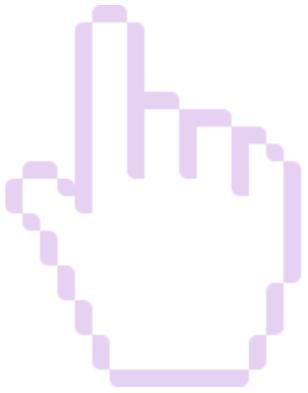
Governança e Regulação

Projetos nos quais as dinâmicas e arranjos institucionais da proteção de dados e privacidade são o foco principal. Isso significa acompanhar de perto a atuação das entidades responsáveis por regular esses campos no Brasil e no mundo, assim como o papel de outras organizações governamentais, não governamentais e do setor privado na governança de dados.



Plataformas e Mercados Digitais

Pesquisas cujos objetivos estão relacionados ao entendimento sobre a relação entre o uso de dados pessoais em plataformas e mercados digitais e nossa sociedade hoje. Isso engloba tensões regulatórias com campos variados do direito, como eleitoral, concorrencial, do consumidor e das crianças e adolescentes.



Accountability e identidade civil digital

🕒 Junho 2021 – Junho 2022

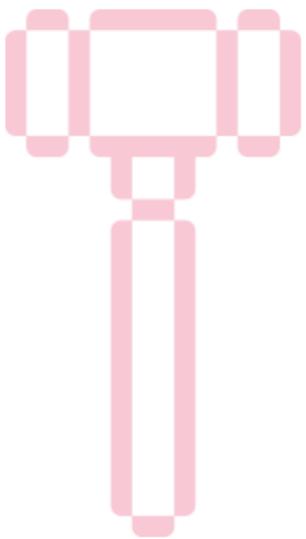
Em meados do ano passado, voltamos nossa atenção para um tema urgente no debate sobre gestão de dados pessoais na esfera governamental: a identidade civil digital. Discutidos no Brasil desde a década de 90, modelos de identidades digitais ganharam mais protagonismo no último biênio. E viraram motivo de polêmica, como quando o Ministério da Economia ofereceu uma degustação gratuita dos bancos de dados ligados à Identificação Civil Nacional e ao sistema gov.br para os bancos brasileiros.

Dentro desse projeto, mapeamos iniciativas de identidade civil digital discutidas Brasil afora e colocamos em pauta as necessárias ressalvas para que sejam implementadas de forma a respeitar princípios básicos de proteção de dados pessoais. Nesse sentido, fomos pioneiros no campo dentro do Brasil e lideramos uma articulação que já se expande para além da fronteira.

Isso nos permitiu organizar oficinas e workshops com um número considerável de agentes públicos responsáveis pela implementação e/ou fiscalização de identidades civis digitais. Também apresentamos os resultados parciais da pesquisa durante uma conferência do The Alan Turing Institute, da Inglaterra.

DESTAQUE: **Oficina sobre Relatório de Impacto**

Em setembro, organizamos a “oficina sobre relatório de impacto à proteção de dados pessoais e identidade civil digital”, um encontro fechado para servidores da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — principais atores públicos ligados a essa discussão. O workshop foi focado no uso de relatório de impacto como ferramenta importante para tornar políticas de identidades digitais mais justas e transparentes. O encontro teve participação de especialistas estrangeiros e incluiu relatos de implementação de políticas semelhantes no Peru e em Gana.



Antitruste e regulação na economia digital

🕒 Julho 2020 – Dezembro 2021

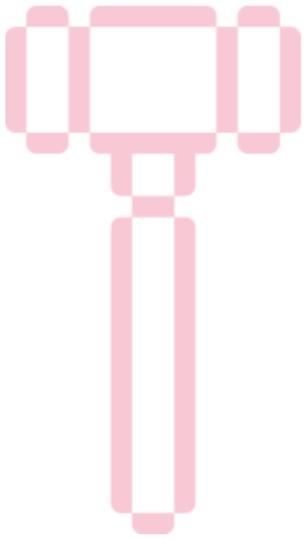
Este projeto foi criado a partir de uma percepção de que a regulação antitruste no Brasil ainda não dá a devida atenção aos avanços da tecnologia digital e importância do acesso a grandes bancos de dados pessoais. Conforme big techs e startups passam por constantes aquisições e fusões, a análise do poderio informacional resultante desses negócios não pode ser deixada de lado como se não fosse tão importante quanto a fatia de mercado alcançada, por exemplo.

Para trazer esse tema à tona, investimos na construção de um debate público mais rico sobre concorrência e dados pessoais. Levamos o tema para o Fórum da Internet do Brasil, acompanhamos discussões entre o CADE e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), auxiliamos o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em sua atuação no caso da aquisição do FitBit pelo Google, entre outras iniciativas.

Ao lado do Data Privacy Brasil Ensino, também criamos um curso aberto sobre o tema para 40 alunos, entre servidores públicos, profissionais do setor privado e representantes da sociedade civil. No âmbito internacional, estabelecemos um grupo de estudos sobre o Digital Markets Act, com participação de ativistas e intelectuais de organizações como Derechos Digitales, BEUC e Comissão Europeia.

DESTAQUE: Diagnóstico antitruste e dados pessoais

Escrito pelo pesquisador da Universidade de Chicago Lucas Griebeler da Motta, a “Análise multijurisdicional de aquisições centradas em dados: diagnóstico atual e propostas de políticas públicas para o Brasil” traz um panorama detalhado sobre a relação entre direito concorrencial e dados pessoais no país, assim como discussões sobre casos internacionais famosos nos quais o acesso a dados pessoais por uma ou mais empresas resultou em processos antitruste.



China: tecnologia e sociedade

🕒 Março 2021 – Junho 2021

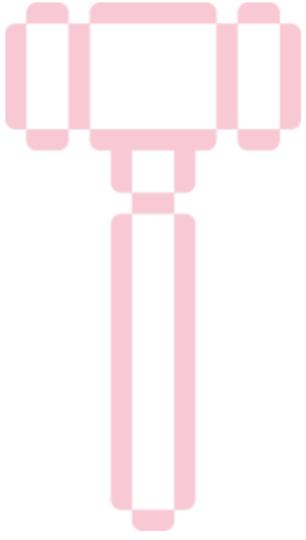
A Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa foi a parceira regional do Doublethink Lab (DTL), organização sediada em Taiwan, neste projeto que ficou conhecido como China Index. Por meio de questionários padronizados, o objetivo da pesquisa foi construir um mapa global interativo sobre a influência da China em diferentes países dentro de nove áreas: academia, economia, legal, mídia, militar, política doméstica, política externa, sociedade e tecnologia.

Foram feitas entrevistas em 35 países ao todo, com o auxílio da Civil IDEA, Code for Africal, Forum on ADB, Fundación Andrés Bello, e National Bureau of Asian Research, além do próprio Data Privacy Brasil e do DTL. Da nossa parte, ficamos responsáveis por coordenar as atividades no Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Como projeto piloto, esta foi uma iniciativa desafiadora para nós, mas que se mostrou uma oportunidade de estabelecer parcerias e se tornar parte de uma rede internacional de pesquisadores e organizações voltados para a interface entre China e tecnologia.

DESTAQUE: Olhar Sul-americano

Nossa participação dentro dessa pesquisa global permitiu inserir perspectivas do continente sul americano dentro de indicadores que ainda privilegiam as relações entre Europa, Ásia e China. Como parte da nossa estratégia de fortalecer a articulação entre entidades do Sul Global, este foi um passo importante para incluir novas vozes nas discussões sobre tecnologia e política que afetam o mundo como um todo.



Data Privacy Learning Series

🕒 Setembro 2021 – Maio 2021

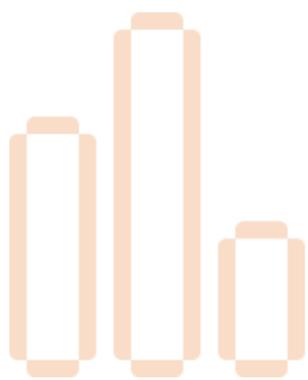
A convite da ONG norte-americana Internews, nós começamos a organizar uma série de workshops sobre estratégias de incidência em proteção de dados pessoais. Esses workshops são direcionados a um grupo de organizações parceiras da América do Sul e África: CARD Ethiopia (Etiópia), Coding Rights (Brasil), FCD (Equador), InternetBolivia (Bolívia), KICTANet (Quênia) e Paradigm Initiative (Nigeria).

Dentro desse projeto, o objetivo é desenvolver metodologias inovadoras que permitam os debates ir além de discussões abstratas e gerais sobre os temas escolhidos e partir para questões concretas enfrentadas por esse grupo de organizações, sejam estas comuns a todas entidades ou particulares de determinado país. A ideia é usar um desafio específico como ponto de partida de cada workshop - como exceções ao escopo de aplicação de leis de proteção de dados ou falta de independência de autoridades responsáveis por executar essas leis.

As atividades deste projeto foram iniciadas já no final de 2021, num contexto de cansaço após quase dois anos de pandemia. Ainda assim, vimos um engajamento significativo por parte das instituições parceiras. Por fim, trata-se de um passo essencial dentro do processo de internacionalização da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa ao passo que assumimos uma posição de liderança e articulação dentro do Sul Global.

DESTAQUE: Primeiros encontros

Até o final de 2021, foram organizados dois workshops. O primeiro tratou sobre advocacy e estratégias de comunicação em geral dentro de um contexto de ativismo na proteção de dados pessoais e como consequência das discussões publicamos o relatório em inglês “Advocacy and Communications Strategies: Lessons from Data Privacy Brasil Learning Series”. O segundo workshop focou nas exceções a leis de proteção de dados e como lidar com elas.



Defendendo o Brasil do tecnoautoritarismo

🕒 Setembro 2020 – Setembro 2021

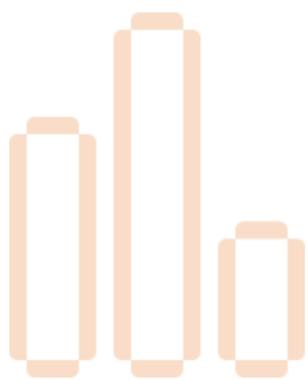
Pensado como um espaço de pesquisa, discussão, litígio e resistência contra mudanças tecnológicas capazes de alavancar práticas antidemocráticas, este projeto teve um ano movimentado em 2021. Num dos eixos de atuação, a equipe de pesquisa acadêmica fez estudo que estruturou os argumentos jurídicos utilizados no Supremo Tribunal Federal (STF) em casos emblemáticos que sintetizam a discussão sobre tecnoautoritarismo, como o que contestou o compartilhamento de dados entre ABIN e Denatran e a criação do Cadastro Base do Cidadão.

Do ponto de vista midiático, levamos o tema para a discussão pública por meio da produção de um minidocumentário, um episódio do podcast Dadocracia a partir de um edital do Goethe Institut e uma edição especial da revista Quatro Cinco Um. Além disso, o trabalho do projeto foi objeto de matérias na Folha, MIT Technology Review e The Intercept Brasil, entre outros, que ajudaram a fortalecer o conceito de tecnoautoritarismo.

Por fim, a equipe de litígio trabalhou de maneira incisiva em um *amicus curiae* protocolado na ADI 6649, assim como compartilhou essa experiência numa oficina de litígio estratégico sobre tecnologia e autoritarismo, com 50 participantes. A soma desse trabalho resultou na construção de uma extensa rede de contatos e articulação de resistência no campo, que também incluiu a criação de grupos de estudo e aumento de debate aprofundado sobre questões correlatas.

DESTAQUE: Articulação global

Em junho, a Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa organizou um painel sobre o tecnoautoritarismo na RightsCon, uma das maiores conferências mundiais sobre direito e tecnologia. Além de expor o que entendemos como tecnoautoritarismo no Brasil, a sessão também foi uma ótima oportunidade de discutir esse fenômeno a partir de perspectivas distintas dentro do Sul Global. Durante a RightsCon também apresentamos o minidocumentário “O que é o tecnoautoritarismo?”.



Expandindo o papel dos defensores públicos na proteção de dados pessoais no Brasil

🕒 Abril 2020 – Abril 2022

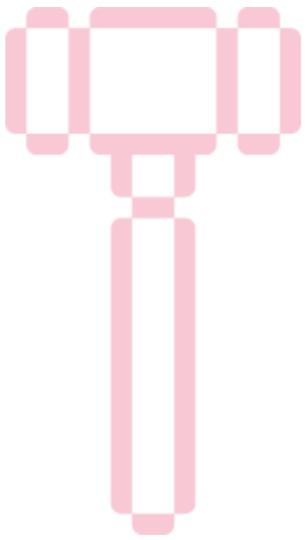
Desde 2020, temos acompanhado de perto como as defensorias públicas brasileiras estão se adequando às novas necessidades impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Por um lado, a atividade junto ao público vulnerável do ponto de vista econômico e social impõe maior atenção sobre como as defensorias lidam institucionalmente com as informações destas pessoas. Por outro, é necessário que os defensores estejam equipados para atuar na defesa dos dados pessoais desta mesma fatia da população.

Para atuar em ambas as frentes, o projeto conta com auxílio da equipe acadêmica do Data Privacy Brasil ensino em cursos de capacitação sobre proteção de dados pessoais para 60 defensores públicos de todo país. Além disso, acompanhamos de perto ações de adequação à LGPD nas defensorias públicas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por meio dessas ações, provocamos um maior engajamento das defensorias públicas do Brasil na discussão de temas ligados à proteção de dados, com internalização de práticas de governança de dados nos seus processos internos, por exemplo. Na mesma linha, pautas intrínsecas ao tema, como o uso de reconhecimento fotográfico na segurança pública, passaram a ser acompanhadas mais de perto por defensores públicos.

DESTAQUE: Guia de proteção de dados

Em junho, publicamos o “Guia de primeiros passos para adequação das defensorias públicas à LGPD”. O guia é um documento detalhado com melhores práticas em proteção de dados, construído a partir das especificidades da instituição. Foi desenvolvido a partir da cooperação da nossa Associação com um grupo de defensores públicos e compreende tanto a atividade fim desses profissionais, ou seja, oferecer acesso à justiça, quanto os meios utilizados para que isso seja feito de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.



Fóruns e redes internacionais

 Permanente

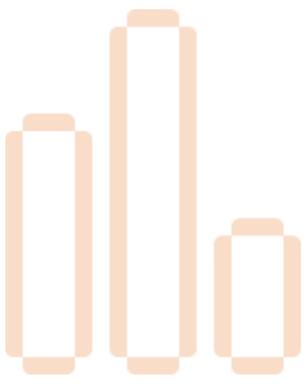
Este projeto se consolidou em 2021 como ponto de partida para um esforço contínuo de inserção em espaços de discussão internacionais, como parte de uma estratégia maior de fortalecer nossa atuação regional e global. No primeiro ano de trabalho, a equipe do projeto atuou de forma intensa em fóruns da sociedade civil, assim como estabeleceu pontes e parcerias com organizações de diversos países.

Dessa forma, participamos Conselho Consultivo da Sociedade Civil para Temáticas da Economia Digital (CSISAC) da OCDE, do Fórum da Sociedade Civil para Colaboração com Autoridades de Proteção de Dados da Rede Ibero-americana de Proteção de Dados, e de eventos como Internet Governance Forum (IGF), RightsCon e Observatory of Civic Space da OCDE.

O resultado deste primeiro ano foi uma projeção internacional consolidada da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. Por meio de contribuição ativa em espaços multilaterais de formação de políticas públicas, nos tornamos uma voz importante ao lado de outras ONGs do Sul Global.

DESTAQUE: Posicionamentos internacionais

Por meio do projeto Fóruns e redes internacionais, nos posicionamos em uma série de discussões internacionais sobre temas relacionados à nossa agenda. Estas incluem, entre outras, uma declaração contra violência de gênero digital por parte da Rede Ibero-americana de Proteção de Dados e sete contribuições para documentos distintos da OCDE. Também participamos de consulta pública da mesma OCDE sobre seu conjunto de definições e melhores práticas sobre IA, pela qual recebemos um agradecimento em destaque no relatório final.



Novas fronteiras do direito digital

🕒 Setembro 2020 – Dezembro 2021

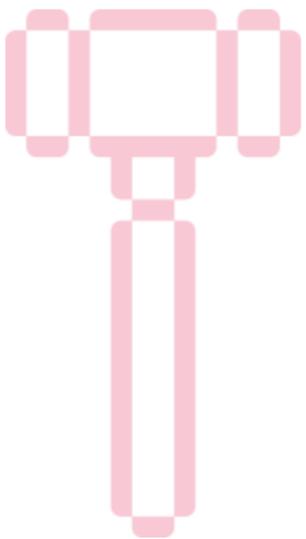
Surgido no contexto do início da pandemia de Covid-19, este projeto se desenrolou em três frentes que escancaram a complexidade da discussão legal sobre o uso de dados pessoais e como estes usos podem se tornar um risco para liberdades fundamentais. A primeira dessas frentes foi justamente uma análise extensiva sobre aplicativos e tecnologias utilizados no enfrentamento ao novo coronavírus.

Para além da pandemia, as outras frentes estão relacionadas à segurança pública, um tema caro à Associação de Pesquisa Data Privacy Brasil. Por um lado, promovemos discussões sobre estrutura normativa de uma lei geral de uso de dados pessoais na seara penal. Por outro lado, fizemos um mergulho no uso de reconhecimento fotográfico por policiais civis e militares, identificamos falhas na transparência e gestão do ciclo de vida dos dados por elas utilizados e mostramos como este arranjo resulta em injustiças gritantes.

Em paralelo, a equipe do projeto trabalhou em uma série de produtos voltados para o público não especializado no tema, como videorreportagens e infográficos. Por fim, levamos nossas preocupações para a esfera política de discussão, com contribuições para o Conselho Nacional de Justiça e o único posicionamento crítico a uma adesão irrestrita do Brasil à Convenção de Budapeste sobre crimes cibernéticos durante audiência pública no Congresso Nacional.

DESTAQUE: Dados e pandemia

Em julho, a pesquisa sobre como apps e tecnologias para o combate da Covid-19 usavam dados pessoais de brasileiro se materializou na plataforma “Os Dados Virais”. Com infográficos interativos, um relatório detalhado e outro com análises de caso, este trabalho identificou 253 episódios, distribuídos por 24 estados brasileiros, do uso destas tecnologias. Nas análises, foram detalhados problemas identificados como uso indevido de dados, falta de transparência e até ineficiência, entre outros.



Observatório da Privacidade e Proteção de Dados

 Permanente

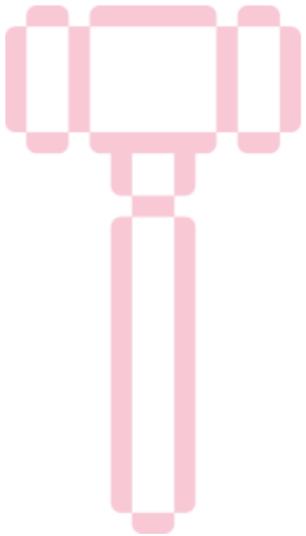
Este é um projeto permanente, nascido junto com a Associação, que ganhou maturidade durante 2021. Depois de mapear a história da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e estabelecer uma plataforma permanente de monitoramento sobre privacidade e proteção de dados no Brasil e no mundo, o Observatório expandiu suas ações tanto no conteúdo de pesquisa quanto na forma como esta é apresentada.

Na prática, isso se traduziu em um extenso levantamento sobre como privacidade e proteção de dados foram encarados pelo Legislativo brasileiro nas últimas quatro décadas, cujo resultado foi apresentado por uma série de infográficos interativos. Na mesma linha, foi produzido um jogo interativo para facilitar a assimilação do conceito complexo de legítimo interesse, assim como foram organizados seminários sobre temas chaves da proteção de dados.

Por fim, a equipe do Observatório trabalhou lado a lado com demais pesquisadores da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa e professores da escola Data Privacy Brasil em uma série de ações regulatórias e de litígio, com contribuições para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e notas técnicas sobre projetos de lei, como, por exemplo, o PL 2630/2020, conhecido como PL das Fake News.

DESTAQUE: História legislativa da privacidade

Por mais de um ano, a equipe do Observatório mergulhou na história legislativa brasileira dos termos “privacidade” e “proteção de dados”. O resultado está no relatório “Privacidade e Proteção de Dados no Congresso Nacional”, que analisa o conteúdo de 574 PLs, PECs e medidas provisórias, entre outros, para entender como a compreensão sobre esses termos mudou nos últimos 40 anos.



Os dez anos do Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais do CGI.br

🕒 Abril 2020 – Dezembro 2022

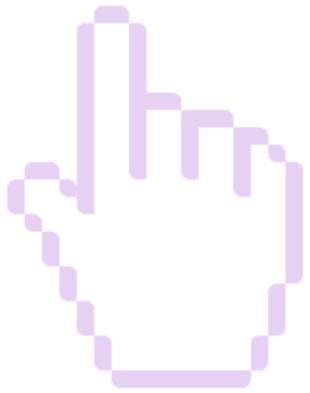
Em suas dez primeiras edições, entre 2010 e 2019, o Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi um terreno fértil para entender, discutir e criar uma agenda de privacidade e proteção de dados no Brasil. Na verdade, o Seminário foi um espaço importante para a aprovação tanto do Marco Civil da Internet quanto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Após analisar extensamente o conteúdo e as gravações destes dez Seminários, foi possível recortar o evento em dois contextos temporais: conceituação e introdução aos temas de privacidade e proteção de dados até 2014; e o aprofundamento de debates práticos voltados para o cenário brasileiro a partir de então.

A partir de abril de 2021, na segunda fase da nossa pesquisa, conduzimos entrevistas com 22 pessoas de setores variados que de alguma forma participaram ou foram influenciados por esses dez primeiros anos do Seminário. As entrevistas foram feitas sob três perspectivas: histórica, temática e de audiência. Um registro rico de uma década de discussões na qual o país passou a legislar e se tornou referência mundial em direitos digitais.

DESTAQUE: [Artigo na revista PoliTICs](#)

Em outubro, publicamos o artigo “Plantando sementes: o papel do Seminário do CGI.br na construção de uma agenda de privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil (2010-2019)” na revista PoliTICs. O artigo detalha a metodologia utilizada no projeto e esmiuça os temas de destaque no período analisado: Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd); correção; multissetorialismo; e criptografia.



Proteção de dados pessoais e infância

 Permanente

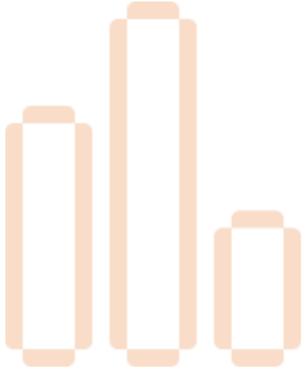
Conforme as primeiras gerações de crianças e adolescentes nascidas num ambiente digital plataformizado crescem, ainda há pouca clareza sobre o impacto atual e futuro das práticas invasivas de coleta de dados que são inerentes aos modelos atuais das plataformas. Por isso, utilizamos esse projeto como ponto de partida para investigar e discutir a proteção de dados e privacidade no contexto da infância.

Em 2021, consolidamos o monitoramento do debate e regulação de temas diversos na intersecção entre infância e proteção de dados. O resultado prático disso foi a publicação do Boletim da Infância e Privacidade (BIP), com análise dos principais acontecimentos relacionados a este universo mapeados num período de oito meses, a partir de agosto de 2020.

O Boletim foi lançado em outubro, mês da criança. No embalo, também promovemos uma série de iniciativas para alavancar a agenda da proteção de dados na infância, como episódios de podcast, lives, webinar e artigos. Esse conjunto de conteúdos contribuem para dar impulso nas discussões desse tema a partir das particularidades brasileiras.

DESTAQUE: BIP

Produzido em parceria com o Instituto Alana entre agosto de 2020 e março de 2021, o Boletim da Infância e Privacidade reuniu quinzenalmente os fatos mais relevantes sobre infância e proteção de dados em todo mundo, nos campos legislativo, acadêmico e da sociedade civil. Em outubro, todo o material foi consolidado no relatório “A proteção de dados de crianças e adolescentes: uma radiografia institucional por meio do Boletim da Infância e Privacidade”, que traz as discussões, andamentos legais e discussões mais importantes do período.



Vigilância na Fronteira: tornando o CIOF visível aos cidadãos e cidadãs

🕒 Julho 2021 – Janeiro 2022

Na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, o Centro Integrado de Operações na Fronteira (CIOF) é um mistério. Neste projeto, em que trabalhamos ao lado da ONG paraguaia TEDIC, buscamos entender e revelar como funciona o CIOF, coordenado pela Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Criado com o objetivo de combater o crime organizado, o CIOF condensa e compartilha informações de órgãos ligados à segurança pública, como Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civis e Militares, assim como a própria Secretaria de Operações Integradas. Esse modelo de Centro Integrado foi popularizado nos Estados Unidos e tem se tornado comum no Brasil.

Por meio de pesquisas documentais, pedidos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) e entrevistas, confirmamos suspeitas de baixa transparência, sobreposição de dados entre os campos de inteligência e segurança pública sem devido amparo legal, e delegação de coleta de dados sensíveis para entidades privadas.

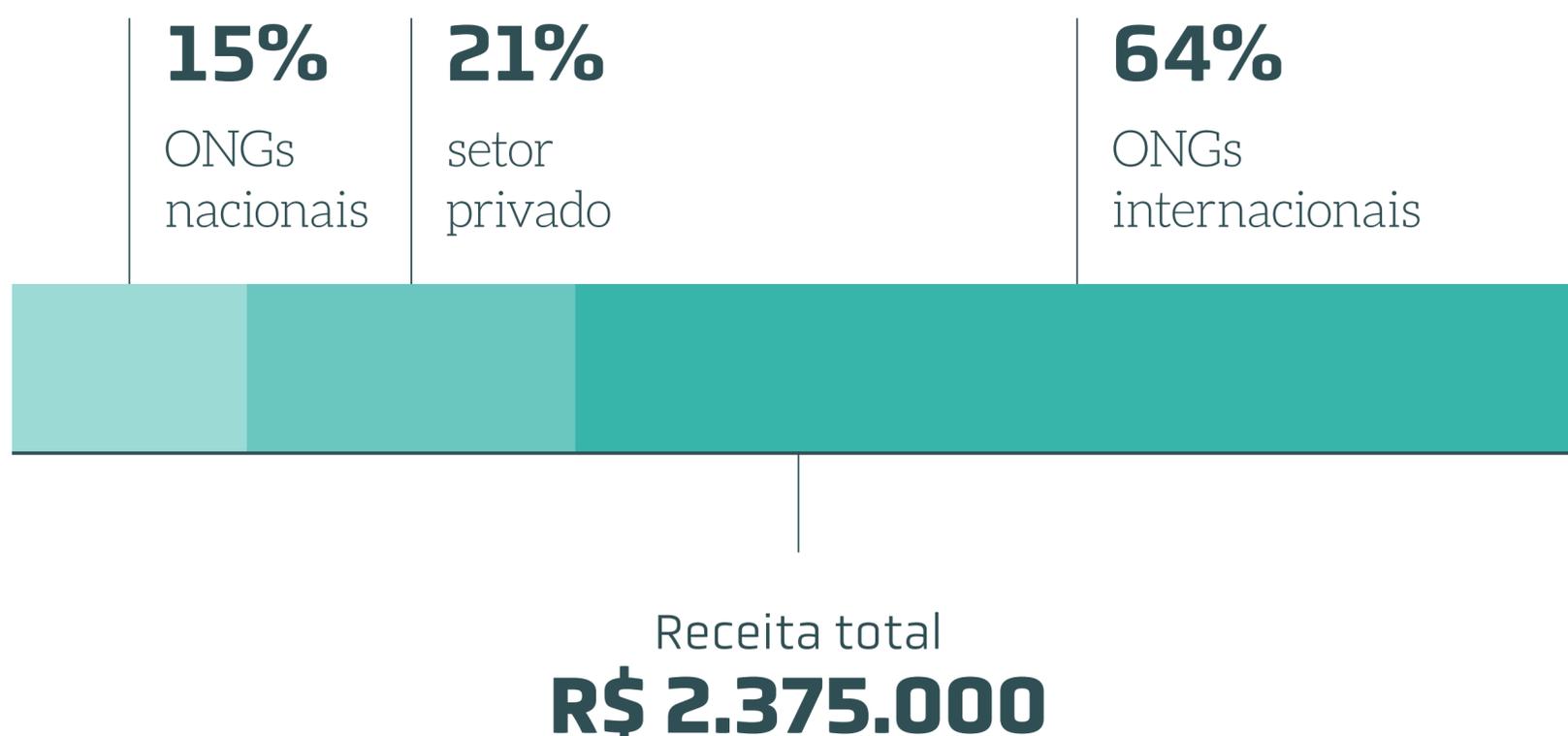
DESTAQUE: [Relatório final](#)

Em fevereiro de 2022, publicamos em parceria com a TEDIC “A Integração Invisível - Um estudo sobre o Centro Integrado de Operações na Fronteira”, relatório final do projeto, que materializou a pesquisa conduzida em 2021. Disponível em português, espanhol e inglês, o relatório detalha as descobertas da pesquisa, assim como uma análise do futuro dos Centros Integrados e sobre como ainda são falhos no que tange à privacidade e proteção de dados.

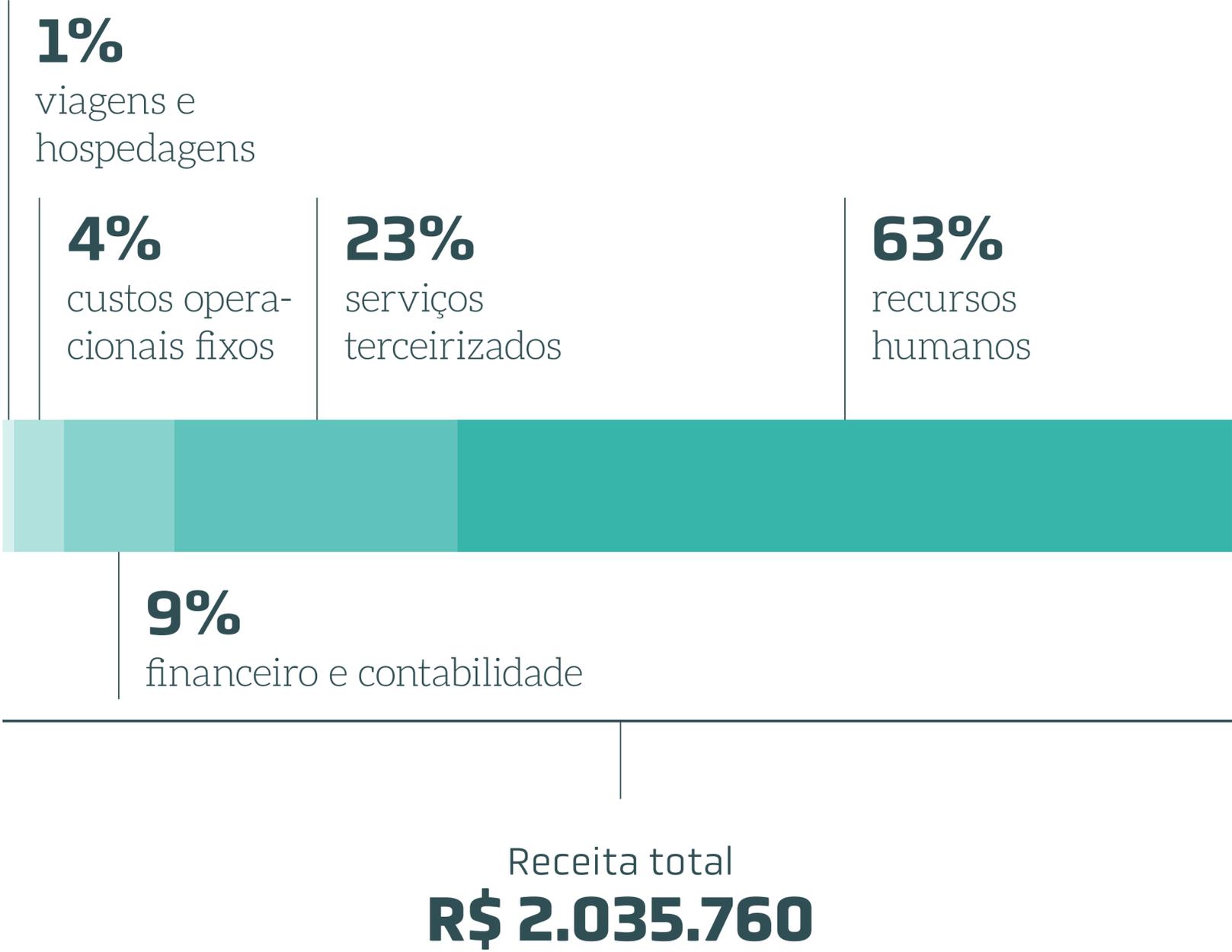
Financiamento

Em 2021, trabalhamos com um orçamento ligeiramente reduzido em relação ao ano anterior: R\$ 2,37 milhões ante R\$ 2,92 milhões. Isso não nos impediu, no entanto, de distribuir investimentos num volume maior de projetos, assim como na expansão da nossa equipe, que passou de 20 para 31 colaboradores.

Captamos recursos de três formas: com ONGs e organizações filantrópicas internacionais, ONGs e organizações filantrópicas nacionais, e setor privado.



Nosso processo de expansão acelerada teve seu custo. Em termos de despesas operacionais, passamos de R\$ 1,24 milhão em 2020 para R\$ 2,03 milhões, distribuídos em gastos operacionais, com pessoal, entre outros.



Governança

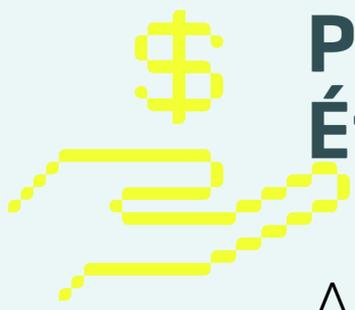
Estratégias e políticas para garantir transparência e independência na nossa rotina de trabalho.

A Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa segue os mesmos princípios que guiaram a criação da escola Data Privacy Brasil Ensino. No entanto, dadas as diferenças intrínsecas às atividades exercidas por ambas organizações, estabelecemos estruturas de governança e políticas de gestão próprias para reafirmar nosso compromisso de atuar de forma independente, responsável e transparente, assim como responder e averiguar demandas, críticas e denúncias sobre nossa atuação.

Os diretores executivos da Associação são Rafael Zanatta e Bruno Bioni, co-fundador da Escola. Por sua vez, Renato Leite Monteiro, segundo co-fundador da Escola, faz parte do Conselho Consultivo. Este Conselho Consultivo é composto por sete membros representantes da academia, sociedade civil e setor privado e tem por responsabilidade supervisionar semestralmente a higidez e o planejamento estratégico feitos pela Diretoria Executiva.

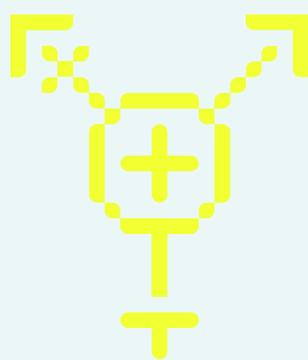
Do ponto de vista financeiro, contamos em 2021 com apoio da Triven, empresa que provê assessoria técnica num modelo conhecido como “CFO as a Service”. Ainda na área financeira da ONG, contamos com um Grupo de Revisores Independentes, responsável por analisar previamente doações recebidas que ultrapassem a casa dos R\$ 200 mil, para garantir que esse financiamento não iria interferir na independência ou compromisso ético de nossa Associação. Esse trabalho de revisão independente é remunerado e feito em pares. Quando há divergências, buscamos uma terceira opinião. Duas avaliações negativas obrigam a Diretoria Executiva a rejeitar a doação.

Toda essa estrutura trabalha dentro de princípios estabelecidos em três políticas que dão norte e servem como alicerce ético para as atividades da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa: Financiamento Ético e Transparente; Anti-discriminação e Anti-assédio; e Conflito de Interesses. Importante ressaltar que tanto políticas quanto práticas de governanças não podem permanecer estáticas, mas sim evoluir com o passar do tempo e nossa expansão. Portanto, firmamos um compromisso de desenvolvimento e aprimoração constante de todas as nossas práticas internas.



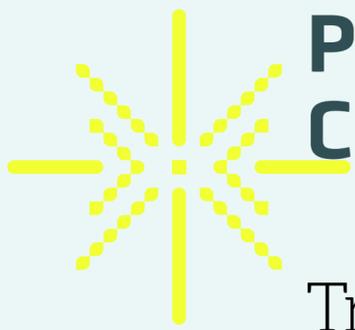
Política de Financiamento Ético e Transparente

A fonte de financiamento é um elemento crucial para uma organização sem fins lucrativos. Portanto, desenhamos em 2020 uma política com critérios claros para avaliar a pertinência ou não do recebimento de recursos por nossa parte, sejam eles públicos, privados ou de fontes filantrópicas. O ponto fulcral destas regras é garantir a nossa autonomia e independência no desenvolvimento de pesquisas e demais atividades. Em 2021, atualizamos a política, compatibilizando-a com as regras previstas em nossa Política de Conflito de Interesses.



Política Anti-discriminação e Anti-assédio

Nós adotamos um compromisso irrestrito com todos nossos colaboradores. No entanto, reconhecemos que nenhum tipo de organização está livre de opressões estruturais que refletem no ambiente de trabalho. E é por isso que estabelecemos mecanismos formais e informais para comunicação e o endereço à qualquer caso de discriminação ou assédio dentro da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. Esta política, que existe desde 2020, também estabelece sanções graduais a serem aplicadas de acordo com a gravidade do caso.



Política de Conflito de Interesses

Trabalhamos com uma vasta equipe de colaboradores de curto e longo prazo, então se tornou necessário criar procedimentos capazes de harmonizar as atividades que conduzem em diferentes projetos dentro da Associação e, inclusive, em outras empreitadas profissionais ou de pesquisa. Para isto, estabelecemos em 2021 a Política de Conflito de Interesses e criamos um comitê interno para avaliar episódios nos quais possam existir conflitos entre os interesses dos colaboradores e da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa.



Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa

www.dataprivacybr.org

pesquisa@dataprivacybr.org
imprensa@dataprivacybr.org

